

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.026 - PA (2019/0303808-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : **MARIO MARROQUIM DO NASCIMENTO NETO**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ FRAGOSO CAVALCANTI - AL004118**  
                  **ALEXANDRE ANDRE BRITO REIS - PA021174**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por MARIO MARROQUIM DO NASCIMENTO NETO em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assim ementado:

*HABEAS CORPUS* COM PEDIDO DE LIMINAR – ASSOCIAÇÃO *HABEAS CORPUS* CRIMINOSA, ESTELIONATO, APROPRIAÇÃO INDÉBITA E CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR – PLEITO DE SUSPENSÃO DA MEDIDA CAUTELAR DE PROIBIÇÃO DE SE AUSENTAREM DO PAÍS E DE DEVOLUÇÃO DE PASSAPORTE – FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA APRESENTADA PELO JUÍZO – CONSTATAÇÃO DE NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO DA MEDIDA – APLICAÇÃO DA LEI PENAL – ELEMENTOS FÁTICOS QUE DENOTAM RISCO DE FUGA DO PAÍS. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA – UNANIMIDADE.

1. Pleito de suspensão da medida cautelar de se ausentar do país e de devolução do passaporte sob alegação de ausência dos requisitos do art. 312 do CPP e de fundamentação idônea.

2. A fundamentação utilizada pelo magistrado, substancialmente, aponta que as atividades da Marroquim Engenharia, empresa, estariam sendo encerradas para possibilitar a fuga dos investigados do país, o que fora constatado pela equipe de investigação.

Afirmou, ainda, que os Delegados representantes esclareceram que, em solicitação à Polícia Federal, obtiveram certidões de movimento migratórios dos investigados, que demonstrou a frequência dos mesmos em saídas do país, em especial para Portugal, o que contribui para possibilidade de se ausentarem do país, de forma a impedir ou dificultar sua oitiva e interrogatório, bem como prejudicar eventual ação penal, caso instaurada.

Também fundamentou o Juízo em caráter de oportunidade da medida, no fato da recente decretação de falência da empresa Marroquim Engenharia em Maceió/AL, o que contribuiria ainda mais o comportamento de encerrar as suas atividades para se evadir do país, o que não seria impossível, dada a boa capacidade financeira do mesmo, conforme dito pelo magistrado, prejudicando, de tal maneira, a aplicação da lei penal na vertente.

3. Portanto, não se verifica qualquer ilegalidade ou constrangimento ilegal na decretação e manutenção de tais medidas, visto que, adequadas e necessárias à aplicação da lei penal na espécie.

ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. UNANIMIDADE DOS VOTOS.

O recorrente é investigado pela prática dos crimes de associação criminosa, estelionato, apropriação indébita e crime contra a economia popular, sendo aplicadas medidas cautelares diversas à prisão consistentes na proibição de se ausentar da comarca e do país, com a consequente apreensão de passaporte.

Neste recurso, a defesa sustenta, em síntese, a desproporcionalidade e a desnecessidade das medidas cautelares, inexistindo quaisquer fundamentos fáticos que justifiquem a aplicação.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação das medidas do art. 319 do CPP.

A liminar foi indeferida e as informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

Na origem, o processo n. 0020728-32.2018.8.14.0401 está sob sigilo, não sendo possível consultar os andamentos processuais pelo sítio eletrônico do TJPA.

É o relatório.

DECIDO.

A decisão que aplicou as medidas cautelares foi assim fundamentada:

**[...] O primeiro critério a ser observado é o da necessidade da medida, que tem relação com a utilidade da restrição para a investigação ou instrução criminal, ou ainda, nos casos expressos em lei, para evitar a prática de infrações penais, como ocorre nas situações que envolvem crimes de natureza patrimonial que possibilitem a evasão do país, pelo que está devidamente satisfeito no caso concreto.**

**A representação mostra-se adequada, visto que o pedido possui proporcionalidade e razoabilidade, levando em conta a gravidade dos crimes, em tese, cometidos.**

Ora, in casu, mostra-se necessário a fim de assegurar a aplicação da lei penal bem como a futura instrução processual, tendo em vista que os representados são suspeitos de se locupletar de vultosas quantias das vítimas, mediante a constituição de múltiplas empresas da construção civil, utilizadas para angariar indevidamente altos valores, sob a falsa promessa da entrega de imóveis, que em tese, sabiam da impossibilidade de concretização do negócio.

A autoridade policial justifica a medida, ante a iminente possibilidade de evasão dos investigados do país, considerando os últimos acontecimentos constatados pela equipe de investigação.

**Segundo a peça vestibular, buscando verificar a procedência de informações de que as atividades da Marroquim Engenharia estariam sendo encerradas para possibilitar a fuga dos investigados do país, a**

equipe de investigação se dirigiu até o local de funcionamento da Empresa, endereço oficial constante nos registros da Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA, coincidente com o local em que as vítimas relataram terem realizado as negociações de compra dos imóveis. Ocorre que, conforme relatório de missão, acostado na representação, a Empresa Marroquim Engenharia, e demais empresas coligadas, não estavam em funcionamento no local apontado, sendo informado outro endereço, o qual após verificação, demonstrou-se ser uma residência.

Ainda nessa linha, os Delegados representantes esclareceram que em solicitação à Polícia Federal, obtiveram as certidões de movimentos migratórios dos investigados, que demonstrou a frequência dos mesmos em saídas do país, em especial para Portugal, corroborando com a possibilidade de se ausentarem do Brasil, o que impediria, ou pelo menos, dificultaria, a realização de depoimentos perante a autoridade policial, bem como seus interrogatórios, caso seja instaurada ação penal.

Não obstante, a medida revela-se oportuna, frente a recente decretação de falência da empresa Marroquim Engenharia em Maceió/AL, o que reforçaria o comportamento dos investigados de encerrar suas atividades, para, em seguida, fugir do país, consequentemente, impedindo a aplicação da lei penal no caso de eventual constatação de autoria delitiva.

Do mesmo modo, face a distinta capacidade financeira dos representados, que ostentam um padrão de vida luxuoso em suas redes sociais, com fotos de viagens internacionais, tendo em vista o risco de fuga e a frustração da aplicação da lei penal, entendo cabível ao caso, aplicar-lhe a medida cautelar disposta no artigo 319, inciso IV disciplinada pelo art. 320, ambos do CPP, proibindo-lhes de se ausentar do país e sendo necessária a entrega dos seus passaportes, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores:

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. ACÃO CAUTELAR. AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. REJEIÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. 1. Os indícios de materialidade e autoria dos delitos apontados na denúncia são substanciais. 2. Nada obstante, há dúvida razoável, na hipótese, acerca da presença dos requisitos do art. 53, § 2 da Constituição, para fins de decretação da prisão preventiva do agravado. 3.

s Diante disso, a Turma, por maioria, restabeleceu as medidas cautelares determinadas pelo relator originário, Min. Luiz Edson Fachin, consistentes em: (i) suspensão do exercício das funções parlamentares ou de qualquer outra função pública; (ii) proibição de contatar qualquer outro investigado ou réu no conjunto dos feitos em tela e (iii) proibição de se ausentar do País, devendo entregar seus passaportes. 4.

Além disso, também por maioria, a Turma acrescentou a medida cautelar diversa de prisão, prevista no art.

319. V, do Código de Processo Penal, de recolhimento domiciliar no período

noturno. 5. Agravo regimental parcialmente provido. (STF, I Turma, AC 4327 AgR-terceiro-AgR, Relator Min. Marco Aurélio, Relator p/o a acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 26/09/2017).

Outrossim, vê-se que o pedido da Autoridade Policial tem por objetivo colher provas para apuração de crimes punidos com reclusão, praticados contra múltiplas vítimas e cuja repercussão foi experimentada perante a ordem econômica regional, portanto, mostra-se cristalina a necessidade do deferimento do pedido ante sua razoabilidade para assegurar a instrução criminal, a constatação de eventual materialidade e autoria delitivas, sendo a medida meio sine qua non para tal fim.

Pela natureza do crime em apuração e diante das provas colacionada aos autos, as medidas em apreço necessitam de atenção especial sendo de natureza urgente e configurado o perigo de ineficácia da medida (§ 3 do art. 282 do CPP).

Com efeito, a proibição dos investigados de ausentarem-se do País, sem a autorização jurisdicional, revela-se, por ora, medida cautelar não apenas razoável e proporcional como imperativa, tendo em vista o estágio das investigações. Contudo, ressalva-se que com o avanço das investigações, nada impede que este Juízo decrete medida mais drástica, em razão da constatação de novos elementos de convencimento.

Ante o exposto, secundado na manifestação do Ministério Público, DEFIRO a medida requerida e DETERMINO em desfavor de Fernando Mário Marroquim Júnior, Dilma Ferreira Marroquim e Mário Marroquim do Nascimento Neto, devidamente qualificados nos autos, A PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DA COMARCA C/C PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DO PAÍS, AUTORIZANDO A APREENSÃO DOS SEUS RESPECTIVOS PASSAPORTES, com fundamento nos arts. 282, IV, 319 e 320 do Código de Processo Penal.

Estão os conduzidos proibidos de deixar os municípios de seus domicílios por período superior a 8 dias sem autorização prévia do juízo, bem como de deixar o País, devendo entregar seus passaportes em juízo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Com relação ao representado Mário Marroquim do Nascimento Neto, ante a informação que seu endereço habitual é a cidade de Maceió/AL, expeça-se o que for necessário para a ciência e o cumprimento da decisão [...]

Como se vê, a decisão está devidamente motivada, e as medidas cautelares são necessárias e estão fundamentadas com base em elementos concretos, *tendo em vista o risco de fuga e a frustração da aplicação da lei penal*, evidenciados pela capacidade financeira e pelo encerramento das atividades da empresa. Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ART. 155, § 4.º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. MONITORAMENTO ELETRÔNICO E RECOLHIMENTO NOTURNO. RAZOABILIDADE E

PROPORCIONALIDADE DAS MEDIDAS IMPOSTAS.  
FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A decisão que decretou a prisão preventiva consignou que "a liberdade da Autuada representa constante risco para a ordem pública, mormente por ser contumaz violadora da lei, conforme pode ser observado no depoimento das Vítimas, os quais indicam a existência de uma reiteração criminosa".
2. O Juízo processante, reconhecendo que a Acusada comprovou residência fixa e que realiza cursos de capacitação, revogou a prisão preventiva e fixou, dentre outras medidas cautelares, a monitoração eletrônica e o recolhimento noturno, em razão das características concretas do delito.
3. A Lei n.º 12.403/2011, ao alterar significativamente os arts. 319 e 320 do Código de Processo Penal, estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada ao caso.
4. Mostra-se prematura a revogação das cautelares que, diante das peculiaridades do caso, estão adequadamente justificadas.
5. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.  
(RHC 109.128/CE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 01/10/2019)

Deste modo, não se denota ilegalidade apta a ensejar reparação por esta Corte Superior.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO  
Relator